

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e sete

Estiveram presentes à reunião: Sr. André L.C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Antonia Bersi, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. Ercindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste e Presidente do Conselho; Sr. João Xavier, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Sr. Jorge O. Krassuski, representante das entidades de classe; Dr. José Francisco K. Saraiva, Secretário Municipal de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Laura S. Camilo, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap.N. Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Sr. Luverci C. Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria Ivonilde Vitorino, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Sr. Reginaldo B. De Paiva, representante do Movimento Sindical; Sr. Renato S. Santos, representante das associações de aposentados; Sr. Ronaldo L. Almeida, representante do Movimento Sindical; Dr. Edison M. Silveira, representante suplente dos serviços de saúde municipais; Dr. Fábio L. Alves, representante suplente da UNICAMP; Dr. Francisco C. Ferreira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Sra. Izabel P. Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. José Augusto de Souza, representante suplente dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Dra. Maria Cecília B. Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Maria Helena Nogueira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sr. Ricardo C. Moura, representante suplente das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sra. Salma R.R. Balista, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Zilda P. Colombo, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Silvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; conselheiros locais de saúde; funcionários da Secretaria de Saúde e do Hospital Mário Gatti; representantes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Justificaram ausência: Sra. Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Sra. Cristina R. Da Silva, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sra. Ezenilda S. Silva, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante do Departamento Regional de Saúde; Dr. Robert T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal. Faltaram: Sra. Edna F. Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Dra. Mary Angela Parpinelli, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Dr. Simão Raskin, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Sra. Soeli A.M. Gava, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Pró-água e Vigisol; 2) Custeio do Pronto Atendimento Leste; 3) Conselho Local de Saúde do Hospital Mário Gatti; 4) Renovação do convênio com o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira.

Sr. Junior iniciou a reunião apresentando a pauta e agradecendo a presença dos conselheiros que participaram da inauguração do PA Leste, demanda da 7ª Conferência Municipal de Saúde, e da Farmácia Popular, projeto do Ministério de Saúde. Sra. Ivonilde apresentou questão de ordem solicitando que o Secretário de Saúde intermediasse problemas que estariam ocorrendo naquele momento com a comissão de negociação, para o que Dr. Saraiva colocou-se à disposição, solicitando aprovação do Conselho para que se retirasse por alguns instantes da reunião. Após alguns esclarecimentos, a solicitação foi aprovada. Em seguida passou-se a palavra à Sra. Janete Navarro, coordenadora da Vigilância Ambiental, para que fizesse sua apresentação. Sra. Janete esclareceu tratar-se da pactuação da vigilância ambiental, como complementação do PAP-VS, que já foi contemplado no PAM da Vigilância em Saúde, aprovado pelo Conselho. Essa pactuação refere-se aos programas Pró-água e Vigisol. O primeiro é um programa em que as equipes municipais distritais de vigilância sanitária e ambiental coletam água da rede pública e fontes alternativas de abastecimento populacional para análises rotineiras sistemáticas realizadas pelo laboratório oficial, que no caso da nossa região é o Laboratório de Jundiá, e tem como meta a entrega de 2 relatórios anuais, sendo um em julho e outro em dezembro. O Vigisol é o programa que desenvolve ações de vigilância em saúde visando o conhecimento, a detecção ou a prevenção de quaisquer mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção da saúde ambiental, prevenção e controle dos fatores de risco relacionados às doenças e outros agravos à saúde decorrentes da contaminação no solo por substâncias químicas, cujas metas são o preenchimento das fichas de campo com todas as áreas contaminadas elencadas pela CETESB e o envio de relatório anual com o cadastramento de áreas contaminadas e com população exposta a produtos químicos. Ainda com relação ao Pró-água, apertentou alguns dados referentes às análises realizadas em 2006 que levaram à conclusão de que a água de abastecimento público em Campinas é de boa qualidade e, com relação ao sistema alternativo, de que as fontes geralmente apresentam problemas, tendo sido notificadas a se regularizar e, em alguns casos, lacradas, além do fato de haver também uma expansão do uso de água proveniente de caminhão pipa, estando esse segmento em acompanhamento por outro programa de vigilância da qualidade de água, o Vigiágua. Antes de abrir a palavra aos presentes, Sr. Zétula lembrou a todos que esses dados fizeram parte do PAM da Vigilância, que já tinha sido aprovado pelo Conselho. Aberta a palavra aos presentes, manifestaram-se os senhores Cláudio (CLS Taquaral), João Olímpio, Ronaldo, Reginaldo. Respondendo aos conselheiros, Sra. Janete esclareceu que, apesar de algumas fontes alternativas não apresentarem contaminação pelos parâmetros apresentados, a preocupação é que haja contaminação por outros elementos a respeito dos quais não seja feita vigilância. Esclareceu também que o Pró-água só realiza análise da água produzida pela SANASA; internamente às residências e/ou estabelecimentos comerciais é feita a orientação para que os consumidores tomem as precauções necessárias, por exemplo, a limpeza das caixas d'água a cada seis meses. Terminado esse ponto, foi dada a palavra ao Dr. Marcos Passos, gerente do convênio com a Irmandade de Misericórdia de Campinas. Dr. Marcos apresentou a estrutura do Pronto Atendimento Leste, que conta com 03 consultórios, 2 salas de urgência, 4 leitos masculinos, 4 leitos femininos, 1 sala de coleta de exames, 1 sala de procedimentos. Em seguida apresentou como será o custeio do PA, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros, custeio esse que terá um valor mensal de R\$ 66.600,00. Terminada a apresentação, foi aberta a palavra aos presentes. Sra. Yara, membro da comissão gestora do convênio com a Irmandade, solicitou que os conselheiros referenciassem o nome da Sra. Maria da Graça Xavier, ex-Presidente do Conselho, para integrar também aquela comissão. Sr. Ricardo endossou a solicitação, mas criticou o fato da comissão não estar se reunindo regularmente. Sr. Ronaldo demonstrou preocupação com o fato de não estar estabelecido até quando será feito o desconto de R\$ 6.800,00 e solicitou informações acerca do número de profissionais envolvidos. Respondendo aos questionamentos, Dr. Marcos informou que o Pronto Atendimento conta com 3 clínicos 24 horas, 1 emergencista 12 horas/dia, 1 enfermeiro 24 horas, 1 assistente social, 38 auxiliares de enfermagem. O investimento realizado foi de R\$ 330 mil na obra e R\$ 250 mil em equipamentos. Com relação às reuniões da comissão gestora, informou terem sido realizadas duas ordinárias e uma extraordinária, estando marcada uma próxima reunião para o dia 31 de maio. Além disso, colocou-se à disposição dos conselheiros para quaisquer esclarecimentos, independentemente da realização ou não de reunião. Dra. Cecília esclareceu que tratava-se de termo de aditamento ao convênio com a Irmandade de Misericórdia e que a vigência do convênio, renovado no ano passado, era de sessenta meses, e que estava sendo solicitada a aprovação para o custeio do PA. Com relação ao investimento lembrou que já havia sido aprovado pelo Conselho anteriormente e informou que o valor da obra foi dividido pelo valor venal do imóvel, que culminou num aluguel mensal de R\$ 6.800,00. Colocado em votação, o aditamento ao convênio com a Irmandade foi aprovado por unanimidade, bem como foi referendado o nome da Sra. Maria da Graça para integrar a comissão gestora. Sr. Mendes, conselheiro local de saúde do Hospital Mário Gatti, apresentou algumas denúncias com relação àquele hospital, solicitando que fossem tomadas providências a respeito. A primeira delas foi com relação a ofensa feita pelo Dr. Salvador, Diretor do Hospital, aos membros daquele CLS, solicitando retratação. Além disso, colocou que os conselheiros gestores não têm acatado algumas deliberações do CLS, como por exemplo a apresentação de lista de compra antecipada, e que a Diretoria do Hospital tem tomado todas as decisões sem consultá-lo. Declarou ainda haver problemas com a qualidade de materiais utilizados na reforma. Outra denúncia foi feita pelo Sr. Cláudio que afirmou que o acolhimento estaria sendo feito por guardas da Gocil, além de não estar sendo feita avaliação de risco e que por várias vezes foi detectada a presença de somente 2 médicos no Pronto Socorro, bem como de haver falta de lençóis e cobertores para os pacientes. Sra. Yara informou que esteve com a Sra. Maria da Graça em reunião do CLS do Hospital e que, tendo sido constatados alguns problemas, o Movimento Popular de Saúde se reuniu e decidiu aplicar um questionário aos usuários dos Pronto Socorros do município, com os objetivos de promover a aproximação dos militantes daquele movimento com os problemas vividos pelos usuários do SUS, contribuir para a avaliação dos motivos pelos quais os usuários procuram os Pronto Socorros, bem como contribuir para a avaliação do grau de satisfação dos usuários em relação ao atendimento nos Centros de Saúde e nos Pronto Socorros. Sr. Junior propôs o encaminhamento de moção de repúdio referente ao episódio com o Dr. Salvador, bem como a disponibilização de quaisquer documentos solicitados pelos conselheiros e uma conversa com os gestores para que as deliberações sejam cumpridas e os conselheiros sejam ouvidos antes da tomada de decisão, além de contratação de auditoria externa. Participaram ainda da discussão os senhores Renato, Ricardo, Jorge, Ronaldo, João Olímpio, relatando problemas vivenciados e reforçando a necessidade de respeito aos conselheiros. Sr. Ivan, responsável pela área financeira do HMMG, esclareceu que tanto o orçamento do Hospital quanto o plano de trabalho foram aprovados pelo CLS e que a documentação sempre esteve e estará à disposição. Considerou que os conselheiros deveriam ter procurado a diretoria do hospital para dirimir quaisquer dúvidas e que o episódio com Dr. Salvador, na sua opinião, foi um equívoco, mas seria discutido na próxima reunião do CLS, marcada para dia 06.06. Com relação às questões assistenciais disse não estar em condições de respondê-las. Sr. Zétula propôs como encaminhamento que, em próxima reunião, fosse convocada a diretoria do Hospital para prestar esclarecimentos acerca dos problemas apontados. Sr. Junior reforçou a necessidade de se votar uma moção de repúdio e verificar a possibilidade de contratação de auditoria externa. Dra. Haydée posicionou-se no sentido de que, além da questão relativa à ofensa sofrida pelos conselheiros, havia a necessidade de que os conselheiros acompanhassem a execução orçamentária e que, na sua opinião, a questão mais grave era relacionada à assistência, ou seja, ao fato de estar sendo feito acolhimento por pessoa não qualificada e não ser feita avaliação de risco, assuntos que só poderiam ser discutidos na presença da diretoria do hospital, mas que isso não inviabilizaria o encaminhamento da moção de repúdio. Dr. Saraiva ponderou que os fatos apresentados precisavam ser apurados para que fossem desencadeadas ações estratégicas para a resolução dos problemas, considerando ser urgente promover maior integração do hospital com a Secretaria, principalmente na área de urgência/emergência. Declarou ser totalmente solidário ao CLS, mas considerou importante que fosse dada oportunidade ao Dr. Salvador de defender-se, antes que fosse encaminhada a moção. O próximo ponto da pauta foi a apresentação e discussão da proposta de renovação do convênio com o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. Sra. Elza, coordenadora do Programa de Saúde Mental, colocou que estaria apresentando a proposta de renovação do convênio de saúde mental, correspondente aos antigos Termos Aditivos 1 e 2. Colocou que naquele momento se ateria às questões relativas ao Cândido Ferreira, sendo que a diretriz fundamental do convênio é que sejam seguidas as políticas de saúde mental do município, políticas de saúde e saúde mental do ministério e modelo assistencial e de gestão. Sobre a gestão dos serviços, colocou que o Distrito de Saúde deve ser considerado como instância gestora da região de saúde onde se inserem, devendo os gestores das unidades do SSCF participar das instâncias colegiadas dos Distritos. A gestão do convênio deve ser feita pela comissão gestora de saúde mental, composta por dois membros da SMS, dois membros do SSCF, tendo sido incluídos, a partir de agora, dois Conselheiros usuários do Conselho Municipal de Saúde, com prestação de contas a ser regularmente apresentada ao Conselho, segundo modelo do Fundo Municipal de Saúde. As atividades extra-assistenciais realizadas pelo serviço devem ter suas diretrizes em consonância com a Política de Saúde Mental do Município e serão definidas em conjunto com a Secretaria de Saúde. As atividades assistenciais estão contempladas no Núcleo de Atenção à Crise (NAC), Núcleo Clínico (NC), Núcleo de Atenção à Dependência Química (NADeQ), Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT), Centros de Convivência, CAPS Estação, Esperança e Toninho, Serviços Residenciais Terapêuticos. O convênio será composto por dois planos de trabalho e metas, que terão 90% do pagamento fixo e 10% pelo cumprimento das metas. O primeiro deles refere-se aos serviços que o Cândido Ferreira assumiria na saúde mental, com valor de R\$ 1.726.387,00, representando um acréscimo de 5,61% em relação ao convênio anterior. A meta 1, referente à atenção à dependência química, com prazo de 60 dias, contempla: instalação do CAPS AD Sul-Sudoeste, através de desmembramento da equipe do NADeQ; redução progressiva de leitos integrais; aumento de leitos noite; reforço da equipe para o CAPS. A meta 2 refere-se aos moradores do Núcleo Clínico, tem prazo de 180 dias e contempla a montagem de Serviços Residenciais Terapêuticos para todos os moradores do Núcleo Clínico, vinculados aos CAPS da região. A meta 3, com prazo de 120 dias, é referente a adequação do número e perfil de recursos

humanos das moradias, seguindo discussões efetuadas e proposta definida na Comissão de Residências Terapêuticas do município com a Comissão Gestora. A meta 4, com prazo até o final de 2007, é a organização dos Conselhos Locais de Saúde nos CAPS Esperança, Estação e Toninho, efetivando o Controle Social previsto nas diretrizes do SUS. A meta 5, com prazo de 180 dias, é a mudança do Convivência e Arte (Centro de Convivência) para espaço do Distrito Leste, na Vila Costa e Silva. O plano de trabalho e metas II trata do apoio que o Serviço Cândido Ferreira disponibiliza para os serviços de saúde mental de gestão direta da Secretaria de Saúde, com valor de R\$ 299.954,61, representando um aumento de 8,12% em relação ao anterior. Antes de continuar a apresentação da proposta, Dra. Cecília esclareceu que a SMS dividiu o antigo convênio em dois. O convênio de saúde mental, apresentado pela Sra. Elza, que foi adequado ao processo de contratualização do Ministério da Saúde, ou seja, parte do pagamento é fixa e a outra é com base em metas a serem atingidas, além do Serviço estar buscando cadastramento como hospital de ensino, faltando ainda a discussão das metas de qualidade. O outro, antigo TA 3, é referente a co-gestão. Lembrou que esse TA havia sido aprovado em outubro de 2005 com vencimento em outubro de 2007, mas que agora estava se tratando da renovação do convênio como um todo. O convênio de saúde mental terá vigência de 36 meses e o de co-gestão de no máximo 1 ano. Sra. Sílvia Carmona, diretora de recursos humanos, lembrou que a parte de recursos humanos havia sido apresentada ao Conselho na prestação de contas realizada em abril, e que estaria apresentando o total de profissionais contratados, bem como o plano de ação para redução de custo do convênio de co-gestão. Atualmente estão contratados pelo Serviço 1.509 profissionais, entre agentes comunitários de saúde, supervisores de controle ambiental, agentes de controle ambiental, enfermeiros, equipe de enfermagem, médicos, operacionais, além de outros de nível médio, técnico e universitário, num valor de R\$ 2.747.120,52. O custo destes profissionais, levados em conta os encargos, 13º salário, cesta básica, transporte e impacto do dissídio, é de R\$ 3.185.737,78. O plano de ação consiste em: criação de emprego de Agente Comunitário de Saúde, para contratação por prazo indeterminado, através de processo seletivo público, conforme Lei 11.350, de 06.10.06, publicada no Diário Oficial da União; criação dos cargos de Agente de Controle Ambiental e Agente de Apoio ao Controle Ambiental na estrutura da Prefeitura Municipal de Campinas, através da Lei do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos; substituição de 172 Auxiliares de Enfermagem, 109 Enfermeiros, Auxiliares e Técnicos de Farmácia, 11 Técnicos de Radiologia, 4 Motoristas de Ambulância, contratados atualmente via Convênio, por profissionais que serão contratados através de processo seletivo público pela Prefeitura Municipal de Campinas, de acordo com a Lei Municipal nº 12.813, de 27.12.06; solicitação de execução de concurso público para médicos. Com relação aos médicos esclareceu que ainda há vagas em aberto, embora já tenha sido praticamente esgotado o processo seletivo realizado para contratação. Colocou que, caso todas essas propostas do plano de ação sejam realizadas, o custo de contratação será reduzido para R\$ 2.628.275,86. Terminadas as apresentações, foi aberta a palavra aos presentes. Participaram da discussão os senhores Ricardo, Izabel, Junior, Ivonilde, Cláudio (CLS Taquaral), Xavier, João Olímpio, Silvana (ACD Vila Rica), Ronaldo, Jorge, André, Cristina, Rocha, tendo sido levantados alguns questionamentos como: pontualidade do repasse por parte da Prefeitura; vantagem do processo seletivo em relação ao concurso público; atendimento a criança e adolescente referente a álcool e drogas; implementação das equipes matriciais; necessidade de desencadear Conferência Municipal de Saúde Mental ou Seminário para tratar do assunto; Cândido Ferreira, em número de trabalhadores, é quase uma autarquia, pois empata com o Hospital Mário Gatti; necessidade de imediata implantação da 4ª e 7ª folga dos trabalhadores dos CAPS 24 horas, nos moldes dos PA, SAMU e Mário Gatti; existência de coordenadores de Unidades contratados pelo Cândido Ferreira; necessidade de realização urgente de concurso público; relação entre os CAPS; ausência de investimento por parte do governo estadual. Sr. André colocou que a co-gestão do Cândido Ferreira vai além da parceria com a Secretaria de Saúde, pois o seu Conselho Diretor é composto por todos os segmentos envolvidos na saúde mental, incluindo representantes do Conselho Municipal de Saúde. Além disso, reapresentou a proposta de realização de audiência pública para discutir todas as questões relativas àquele Serviço. Sra. Regina agradeceu a equipe do Cândido Ferreira pelo trabalho desenvolvido com os pacientes, em especial com seus familiares. Sr. Rocha considerou que a prestação de contas deve ser feita trimestralmente à Secretaria Executiva, que avaliará a necessidade de trazer qualquer problema para o CMS. Respondendo às questões colocadas, Sra. Elza esclareceu que existe um grupo de profissionais que se reúne mensalmente para discussão das questões relacionadas à dependência química, sendo que a última reunião tratou especificamente de álcool e drogas na adolescência. Informou também que a transferência do Centro de Convivência está sendo cuidadosamente discutida com os pacientes. Com relação às outras questões colocadas, considerou que deveriam ser discutidas em outro momento, pois o ponto de pauta era especificamente relacionado ao convênio com o Cândido Ferreira. Convidou os conselheiros a participarem da reunião do colegiado de saúde mental, que se reúne todas as segundas-feiras. Dr. Saraiva declarou que não existe concurso desde 2004 devido à anulação daquele e de um Plano de Cargos e Salários que, até aquele momento, não estava aprovado. Reafirmou que a realização de concurso é política da Secretaria e do governo, mas que, apesar disso, há impedimentos legais e constitucionais que precisam ser discutidos. Desencadear processos seletivos foi o mecanismo encontrado para, ainda que provisoriamente, trazer para a Secretaria a possibilidade de minimizar os problemas de recursos humanos a fim de não causar desassistência, fazendo com que houvesse necessidade de aproximação com os parceiros. afirmou que, para que se possa caminhar, todas as ações e programas a serem implementados envolvem, invariavelmente, os parceiros. Declarou ainda que se não fossem os grandes parceiros SUS a assistência médica e hospitalar da cidade entraria em colapso e que é necessário ter o entendimento de que parceria SUS não significa terceirização. Finalizou dizendo da profunda gratidão que tem pelo Serviço de Saúde Cândido Ferreira, que, neste momento, acolhe muitos dos funcionários que vem fazer a gestão da Secretaria, pela forma como vem sendo feita a co-gestão dos recursos humanos. Colocada em votação, a renovação do convênio foi aprovada com 13 votos a favor e 5 abstenções. Para organizar o Seminário de Saúde Mental formou-se comissão composta pelos senhores Junior, Ivonilde, Ricardo, e um representante do gestor, a ser indicado posteriormente. Antes de passar para os informes, Sr. Junior procedeu a leitura da moção de repúdio a ser encaminhada ao Hospital Mário Gatti, que foi aprovada pelos presentes. Sr. Fábio convidou os presentes a participarem da Audiência Pública de Prestação de Contas do 4º trimestre de 2006 e consolidado do ano, marcada para o dia 12.06, às 14:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal. Sr. Ricardo solicitou fossem pautadas novamente discussões sobre o Almoçarifado da Saúde e SAMU. Sr. Xavier convidou a todos para participarem da Temática da Saúde do Orçamento Participativo, a ser realizada no dia 13.06, às 19 horas, no Salão Vermelho. Sr. Renato informou que no dia 19.04 foi realizada uma caminhada contra a dengue na região do Jardim Nova Europa, em parceria com a Sociedade Amigos de Bairro, Administração Regional e CS Parque da Figueira. Sr. Junior lembrou a todos da realização da Mesa Redonda "Integração do SUS Campinas: Novos Rumos", promovida pelo CLS do Hospital Mário Gatti, a ser realizada no dia 02.06, das 9 às 12 horas, no Auditório da Estação Cultural. Informou também sobre realização de Seminário sobre Redução de Danos, nos dias 18 e 19.06, das 8 às 17:30 horas. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

[retorna a relação de atas do CMS](#)